



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 846 ANO: 2011**

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☒ SIM → ☒ Diminuição de receita - ☒ União ☒ estados ☒ municípios
☐ NÃO

1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☐ Aumento de despesa. Quais?
☒ SIM → ☒ Implica diminuição de receita. Quais? IR
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
☐ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

- ☐ X SIM Porém, não foi acatada integralmente pelo relator ☐ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

- ☒ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

4. Outras observações: O PL permite isentar da incidência de contribuição patronal para a previdência social e do IRPF as bolsas de estudo de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão concedidas a alunos e docentes por entidades privadas de fomento, estendendo-lhes o mesmo tratamento tributário atribuído às de bolsas de estudo concedidas por entidade pública de fomento.

Atentar para o seguinte argumento extraído do próprio Parecer:

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

“Entretanto, existe um aspecto crucial que diferencia a bolsa de estudos concedida por entidade pública de fomento e aquela concedida por entidade de fomento de natureza privada, pois, se a primeira é financiada por recursos públicos e submetida a um regime de seleção amplo e democrático, no caso da segunda, as bolsas são financiadas por meio de aportes e doações de entidades mantenedoras de ensino superior particular com o intuito de capacitar docentes e pessoal técnico das próprias instituições de ensino superior particular. Esse aspecto pode gerar distorções, uma vez que a figura da entidade de fomento privada pode se confundir com a da entidade mantenedora, tornando muito tênue a fronteira entre a existência ou não de vínculo empregatício com o órgão concedente. Em vista disso, mostra-se necessária a apresentação de emendas com o intuito de alterar o art. 2º e o art. 3º do projeto de lei, autorizando a não incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador e a isenção do imposto de renda com a condição de que concessão da bolsa não represente vantagem financeira para a instituição de ensino em que o bolsista mantenha vínculo empregatício.

Em que pese a manutenção desta observação no texto do parecer, as duas emendas saneadoras propostas não foram incluídas na sua integralidade. As emendas visavam afastar a possibilidade de uma instituição privada ligada à entidade mantenedora concedente da bolsa de estudos obter vantagens financeiras com as bolsas oferecidas a seus funcionários, tangenciando o disposto no art. 26 da Lei nº 9.250, de 1995.

Brasília, 16 de junho de 2015.

**Maria Emília Miranda Pureza
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**